

# A CONTRIBUIÇÃO DO MEIO RURAL NA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO REGIONAL : uma contribuição ao debate.

Maria Vilma Rodrigues Nadal<sup>1</sup> - PPGTE / (CEFET-PR Curitiba)

**Resumo:** O artigo apresenta um panorama geral das transformações ocorridas no Estado do Paraná, entre os anos de 1970-80 no âmbito da atividade agrícola; destaca fatores como a modernização da agricultura, industrialização e concentração fundiária, dos quais resulta o processo migratório; oferece uma visão de caráter político-administrativa dos problemas do Paraná no período; busca estimular reflexões e sugere ações efetivas a serem implementadas com vistas à valorização das populações marginalizadas.

**Palavras-chave:** urbanização – industrialização – gerenciamento – desemprego – polarização

**Abstract:** The article presents a general program of the transformations occurred in the State of Parana between the years of 1970-80 in the field of agriculture; it emphasizes factors such as modernization of agriculture, industrialization and concentration of land ownership which results in the process of migration. It gives a political-administrative view of the problems of Parana during that time; it aims to encourage effective actions which can be implemented with a view to giving more attention to under privileged sectors of the population..

**Keywords:** urbanization – industrialization – management – unemployment – polarization

## 1 Introdução

Depois de ter sido litorânea, a urbanização brasileira tornou-se generalizada, a partir da terceira etapa do século XX, apresentando contemporaneidade com a fase atual de macroubanização e metropolização. Com a mecanização da atividade agrícola, surge o sistemático êxodo rural, quando o trabalhador busca, nos centros urbanos, as condições ideais à sobrevivência.

---

<sup>1</sup>Dra pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Professora no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia — PPGTE, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná — CEFET-PR, unidade de Curitiba, nadal@ppgte.cefet.br

O novo perfil industrial tem muito a ver com tal fenômeno que incide diretamente na modificação do perfil urbano, sob o ponto de vista organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. Dados de 1991 mostram que, dos aproximadamente 150 milhões que representam a população total do Brasil, 115 são população urbana, isto é, mais de 77%.

A interpretação das evidências sobre a década de 70-80 permite entender que o crescimento só será saudável se socialmente justo e se a ele estiver sintonizada a idéia de melhoria das condições de vida<sup>2</sup>. Diante da crescente urbanização das cidades, cujo nexos essenciais são as atividades complexas e que, para exercê-las, o cidadão carece estar capacitado, o que sinaliza a nova tendência sob o ponto de vista do planejamento.

Destacamos o aporte teórico que fundamenta o compromisso central contido no Plano Diretor para o Estado do Paraná, elaborado em 1983, o de assumir a liderança de um esforço político de mudança capaz de deter o processo de diminuição dos padrões de existência e de retomar o processo de desenvolvimento econômico<sup>3</sup>, tendo como condicionante precípua, da ação governamental, a consecução de dois grandes objetivos: a geração de empregos – causa e efeito do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, elemento propiciador e indutor dos níveis de qualidade de vida. A partir desta visão examinaremos o que ocorreu no Estado do Paraná quanto à implementação de políticas da época “geradoras de emprego”, conforme o compromisso expresso no documento-base. Dados apresentam-se reveladores quanto às prováveis causas da mobilidade social e como conseqüência a desruralização e uma urbanização espúria.

## 2 O Paraná face à modernização da agricultura

A forte tendência à concentração fundiária que se manifestou principalmente durante a década de 70, de tal forma que os estabelecimentos com menos de 50 hectares, embora apresentassem 89% do número total, correspondiam a apenas 35% da área explorada. Em contrapartida, os com mais de 500 hectares ocupavam, na segunda metade da década, 30,8% da área, apesar de significarem tão-somente 0,7% do número total de estabelecimentos agrícolas. Da mesma forma, o notável esforço de modernização agrícola, ainda que tenha permitido a elevação de produção de 6,4 milhões de toneladas em 1970 para 13 milhões em 1982<sup>4</sup>, foi o principal causador de um processo de migrações intensas do campo às cidades e para fora do Estado.

---

<sup>2</sup> PARANÁ, ESTADO. *Plano de ação*. Curitiba: jul.1983-86. p2

<sup>3</sup> *Ibid.*, p.2

<sup>4</sup> refere-se a oito principais culturas: algodão, amendoim, arroz, mandioca, milho, soja e trigo.

No momento em que se iniciam os anos 80, o Paraná apresentou, em função do processo de modernização da economia brasileira, ocorrido nas últimas décadas, um quadro de mudanças, cujas peculiaridades são objeto de preocupação. Processou-se no Estado uma significativa concentração fundiária, virtualmente aniquilando-se, também, formas de exploração agropecuária por não-proprietários e liberando-se contingentes cada vez maiores de mão-de-obra agrícola. Fatos que decorrem, em grande parte, da mecanização no setor da agricultura comercial, induzida por situações conjunturais, de mercado externo e oficialmente apoiada na política de crédito estabelecida pelo Governo Federal da época.

O entusiasmo pelo mecanicismo fez com que o lado social do desenvolvimento fosse paulatinamente minimizado em termos de atendimento. E mais, o intenso direcionamento para maior produção e produtividade no setor agrícola com a conseqüente mecanização provocou a retração das oportunidades de trabalho no campo, garantiu o pretendido crescimento econômico, entretanto, inibiu o processo de desenvolvimento social.

No que se refere ao setor industrial que, ao longo da década, tornou-se o mais dinâmico dos setores produtivos, graças a um grande incremento (21% de crescimento ao ano no período 70-80 contra 9% de média nacional); conforme o mencionado documento, observam-se duas características nos padrões de crescimento; de um lado, ele assentou-se numa crescente incorporação de capital, com uma correspondente redução de utilização de mão-de-obra por unidade de produto; e de outro, acompanhando o que ocorreu em âmbito nacional, deu-se de forma espacialmente concentrada, para valer-se dos efeitos da economia da aglomeração, com escalas e tecnologia compatível com o padrão dominante<sup>5</sup>.

Revelador e significativo, também, é o fato de que, ao longo da década, 1970-80 a Região Metropolitana de Curitiba – RMC ampliara a importância relativa em termos de parque industrial: em 1980, 53% do valor adicionado e 42,3% do pessoal, ocupado pela indústria, se referem à Região Metropolitana de Curitiba, contra, respectivamente, 35% e 33%, em 1970.

O ritmo de crescimento populacional urbano, fortemente polarizado na RMC, claramente dinamizado pela expansão industrial verificada, permite-nos inferir que Curitiba acumulou indevidamente para si as agravantes dessa modernização; levadas pelo entusiasmo de gerar emprego no setor industrial os gerenciadores desse processo foram pouco atentos às questões sociais da maior importância, e que vieram na esteira do próprio processo em curso e que se agravaram significativamente a partir do período.

---

<sup>5</sup> PARANÁ, ESTADO. *Plano de Ação*. Curitiba: 1983-86. p.30

O movimento migratório de origem rural veio sacrificar pesadamente o sistema de cidades no Paraná: 57% dos núcleos urbanos cresceram em taxas superiores ao crescimento vegetativo; a taxa de urbanização da população paranaense passou de 36% para 58%. E a concentração espacial da indústria resultou no crescimento desregrado da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) – a que mais cresceu em todo o país durante o período, com taxas médias de 5,8% ao ano.

Assinala-se, ainda, neste período, o crescimento de um elevado número de assentamentos urbanos, disperso pelo território paranaense, desacompanhado de investimento destinado a reter a população nas cidades, fez com que fluxos migratórios prosseguissem, pressionando a RMC. Ela, por sua vez, radicalmente transformada em virtude das notáveis taxas de crescimento demográfico, que apresentou, passou a revelar problemas típicos de metropolização.

Este crescimento da população urbana, em termos absolutos, representou um incremento de 670 mil habitantes em dez anos, o equivalente a 96% do acréscimo populacional do Estado, no mesmo período. E o que é sintomático da metropolização, tal crescimento se deu com maior vigor em cidades periféricas a Curitiba, onde as exigências urbanas apresentam-se menores e onde a urbanização, geralmente, ocorre de forma desordenada. O ânimo exacerbado em fomentar o crescimento industrial deixou a reboque a análise prospectiva do custo-benefício que a iniciativa acabou por configurar.

Registram-se, na citada década, taxas espantosas de crescimento demográfico como em Almirante Tamandaré (8,39% a.a.), Colombo (12,56%) e Piraquara (12,75%), exemplos de cidades, cujas populações gravitam em torno da economia de Curitiba, que, obviamente, sofre de forma direta e indireta os reflexos do acontecimento.

Um quadro de profundas mudanças na organização da economia e da sociedade paranaense que se materializou, trazendo implicações como a ampliação dos encargos para os Governos do Estado e dos Municípios; mudanças estas que se processaram desacompanhadas do necessário aumento de investimentos públicos, principalmente daqueles destinados ao atendimento das necessidades sociais dela resultantes, levando a uma progressiva e inexorável degradação da qualidade de vida da população em muitos aspectos como saúde, educação, habitação, saneamento básico e segurança, apenas para citar alguns, bens, até o momento, inacessíveis a expressivo número de pessoas. Enfim, uma expansão à revelia de planejamento para ocupação do solo segue o modelo conhecido como – “deixado à própria sorte”.

Em síntese, o Estado do Paraná perdeu apreciável capital humano (cerca de 1,1 milhão de pessoas emigraram), imensos contingentes populacionais vivem o fenômeno da desruralização bruscamente, não se urbanizaram (1,2

milhão de pessoas), gerando as inevitáveis seqüelas em torno de desestruturação dos valores originários. A qualidade de vida (alimentação, saúde, habitação, trabalho, educação, segurança) deteriorou-se, substancialmente, atingindo severamente os já desassistidos e que, cada vez mais, permanecem marginalizados do processo de crescimento econômico. É que uma parcela importante – freqüentemente a maioria – da população que sai do campo vive naquilo que pode ser chamado de pré-cidades<sup>6</sup> Em dados mais universais recorreremos às informações da Organização Mundial do Trabalho, cuja estimativa é de mais de 800 milhões de pessoas que estão no desemprego ou no subemprego (Rifkin,1995:xv). Uma das maiores autoridades mundiais no tema (Satterwhaite, 1995: 4-5) calcula que

600 milhões de pessoas na Ásia, África e América Latina ocupam habitações e moram em localidades, cuja precariedade representa ameaça para a saúde e, por vezes, perigo de vida. E, o Fundo Nacional das Nações Unidas para a População não hesita em afirmar que os serviços e a infra-estrutura existentes nas cidades não serão capazes de atender às demandas da explosão urbana (United Nations Populations Fund, 1995:15-16). É, também, num quadro de uma agricultura expulsora de mão-de-obra e de uma indústria poupadora de trabalho que se inscreve o mais perverso efeito do desenvolvimento recente do Estado: o problema do desemprego.

Ocorre que, as oportunidades de que a expansão da indústria seja um fator fortemente criador de empregos nas regiões metropolitanas [...] são cada vez menores por duas razões básicas: primeiro, as políticas de abertura comercial limitam seriamente as possibilidades de desenvolvimento industrial, em particular nos países definidos pela s Nações Unidas como “menos avançados”. Além disso , o padrão de crescimento industrial atualmente é cada vez menos intensivo em mão-de-obra, reduzindo as oportunidades de geração de renda e de participação no desenvolvimento e na cidadania no meio urbano [...]. A aposta freqüente no setor de serviços como contrapartida à escassa capacidade geradora de empregos do modelo atual de crescimento da indústria encobre, na maior parte das vezes, a apologia das formas mais abjetas de marginalização (no sentido de ficar de fora) urbana sob o título de trabalho informal.

### **3 Produção, desenvolvimento e uma realidade perversa**

Entre 1981 e 1983, a taxa de desemprego evoluiu de 4,8% para 9,3% da População Economicamente Ativa (PEA), uma questão que passa a apresentar contornos mais dramáticos, ainda quando a ela se sobrepõem os efeitos da

---

<sup>6</sup> para o aprofundamento de noções de desruralização e pré-cidades, ver Sachs e Abramovay (1995)

política recessionista em curso, que penaliza sistematicamente o trabalho ensejando uma crise institucional, econômica e social sem precedentes.

O traço mais notável da dinâmica demográfica paranaense, especialmente nas últimas décadas, é a velocidade com que o Estado passou de receptor de grandes contingentes migratórios a expulsor de população, notadamente da zona rural. Tivessem as tendências anteriores se mantido, o campo teria na década de 70-80 cerca de 5 milhões e 750 mil habitantes; quando, na realidade, tinha 3 milhões e 150 mil.

Intensa movimentação de pessoas faz parte dos ajustamentos exigidos na produção agrícola, pois foram os produtores com estabelecimentos até 20 hectares os mais vulneráveis no processo de modernização da agricultura; perderam espaço em número, área e, principalmente, a força como segmento social.

No decorrer desse período, entre os anos 70-80, a população que habita áreas urbanas e que passou de 36% para 58%, enquanto nas cidades ela cresceu à média de 5,9% ao ano, nas zonas rurais a população decresce à taxa de 3,3%. Assim, o processo de modernização agrícola e de concentração fundiária contribuiu para o surgimento da mão-de-obra itinerante, em grande parte não qualificada. A retração das oportunidades de trabalho rural, a modificação da estrutura das relações de trabalho no campo (incremento explosivo do trabalho volante, o dos "bóias-frias") e o relativo crescimento das atividades urbanas, ligadas à indústria e aos serviços, estimularam uma elevada urbanização.

O desemprego no Paraná, fruto da crise econômica que afeta o ritmo de crescimento das atividades urbanas, sobrepõe-se a uma crônica deficiência de oferta de trabalho associada à desqualificação do trabalhador. Em fins de 1980, eram cerca de 98 mil desempregados; já nos primeiros meses de 1983, a cifra eleva-se a 217 mil e, ao final do mesmo ano, o registro assinala em torno de 292 mil, representando 9,3% da PEA do Paraná, o que demonstra que as estatísticas, apesar de alarmantes, não ultrapassam o âmbito da constatação.

No curso dessa década, a economia paranaense expandiu-se notavelmente, atingindo a taxa média de crescimento da renda de 13% ao ano, superior à média de expansão nacional. A indústria foi o setor que mais cresceu, superando, a partir de meados da década, a contribuição da agricultura para a geração de renda interna (cerca de 30%). Cabe refletir, portanto, sobre o resultado social desse crescimento. A busca, por certa obstinação do crescimento industrial, causou, mesmo que involuntariamente, o comprometimento do próprio futuro econômico e social que se pretendia assegurar, em face da concentração de recursos governamentais e/ou privados reservados em sua grande parte para a industrialização.

A economia expandiu-se, transformou radicalmente o perfil, do ponto de vista qualitativo, porém marcantes alterações são observadas na estrutura industrial, com o aparecimento de novos gêneros e com a modernização dos tradicionais; o desdobramento da madeira, o primeiro e rudimentar processamento de produtos agropecuários e a produção de óleos vegetais brutos – linhas que dominavam a geração do produto industrial no começo da década – cedem espaço à metal-mecânica em grande parte ligada à agroindústria e para maior elaboração de matérias-primas locais. Altera-se, radicalmente, a organização industrial, principalmente os padrões de concorrência e verifica-se, em quase todos os segmentos da indústria de transformação, a presença predominante da grande empresa moderna, de "tecnologia avançada", operando no mercado nacional e internacional.

O aumento da concentração industrial, outra característica da década, também revela que, enquanto, em 1975, a RMC gerava 32% do valor adicionado industrial, Ponta Grossa, Londrina e Maringá juntas, respondiam por 37%. Na década de 80, a região da Capital contribuiu com mais de 50%, ao passo que os três pólos do interior, somados, não atingiram 25% da produção industrial, o que atesta o estrangulamento da idéia da interiorização do desenvolvimento, devido às políticas adotadas. São dados reveladores que podem ser interpretados até mesmo como falso progresso, em termos da problemática geral do Estado, considerando o porte das mencionadas cidades, que amargam problemas como queda da receita orçamentária, fuga de mão-de-obra e declínio da Renda "Per Capita", entre outros prejudicando os Planos de Administrações Municipais intensificando conseqüências graves para o desenvolvimento regional.

O fenômeno ocorrido no Estado do Paraná no período, seguiu as pegadas do modelo desenvolvimentista de substituição de importações, cujas pretensões, outras não foram senão a de propiciar a transição da sociedade de colonial agrária para uma sociedade industrializada e independente, que na apreciação de REIS: 1995

*Repetia-se em escala ampliada a expansão industrial dos anos 1914-18, para atender ao mercado interno, onde já não se produziam apenas bens de baixo custo, de consumo popular. [...] Procurava-se atender às necessidades de consumo das camadas de renda mais alta. Mas a expansão estava limitada pela ausência de um programa de indústrias de base, de bens de consumo duráveis, e pela carência de fontes de energia. Os programas de crescimento continuavam portanto dependentes do exterior.*

Entretanto os desequilíbrios regionais se mantêm, pela forte defesa do modelo industrialista, apresentando diferenças acentuadas e progressivas nos períodos subseqüentes. Acrescente-se a isso o fato de que, por mais que se

apresente quantitativos significativos em resultado, eles não traduzem o real atendimento à demanda social – que permanece em níveis elevados.

Reforçando os argumentos apresentados através dos fatos apontados, lembramos que, nos anos 90, por persistência do equívoco do modelo, o setor industrial não produziu resposta positiva apesar dos maciços recursos aplicados, o discurso oficial volta a buscar valorização do trabalho no campo. O surgimento de manifestações populares pela socialização da terra e o conseqüente estudo mais detido das autoridades, através do Ministério da Reforma Agrária, fazem parte do leque de atitudes que visam a correções imediatas e, talvez, o estabelecimento exatamente do que estamos a defender em relação ao efeito prático de valorização do meio rural, pode ser um dos caminhos importantes para atenuar os explosivos problemas que, hoje, atingem as cidades.

Pretendemos salientar que postulamos, não só uma Política voltada para o pequeno agricultor, mas na verdade, reafirma a idéia de reconhecer nele – resolver a questão do êxodo rural e a conseqüente ocupação do espaço urbano desordenado, mas sobretudo a interiorização do desenvolvimento. Atendendo exigências da nova ordem econômica porém não tendendo para a desigualdade social; investir maciçamente com vistas ao aumento da capacidade produtiva ampliando-lhe os horizontes da vida social, econômica e cultural do meio rural. O peso demográfico do meio rural não é necessariamente um “handicap” a ser corrigido pela urbanização. Ele pode ser também o indicador de um conjunto de reservas de produtividade que a sociedade até aqui não soube valorizar. Esta é a idéia-chave do trabalho desenvolvido pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, há vários anos.

Os pobres do campo não só provaram capacidade de trabalhar em condições adversas, como também mostraram possuir compreensão profunda do ambiente onde atuam. [...] não são inteiramente desprovidos de recursos e podem levar adiante investimentos economicamente viáveis quando lhes são oferecidas oportunidades. Afinal, os pequenos produtores são os primeiros empresários.<sup>7</sup>

O setor agro-industrial eficiente, disseminado pelo interior, tem sido o fundamento para a elaboração de Planos e estratégias de desenvolvimento do Estado do Paraná, onde os problemas, os interesses, as potencialidades regionais são discutidos, realização de pesquisa geo-econômica e social, cujos resultados apontam propostas de interesse comum da região. Exemplo recente de tal prática pode ser citado o Projeto Piloto de Desenvolvimento Regional dos Municípios Lindeiros, cujo objetivo é a geração de oportunidades de emprego e renda. Abaixo encontra-se a síntese do mencionado Projeto.

---

<sup>7</sup> SACHS I. & ABRAMOVAY R. *Nouvelles configurations villes- campagnes*. FAO: Versão preliminar, 1995. mimeo.

**Tabela 1: Síntese do Projeto Piloto**

PROBLEMA	TEMA	OBJETIVOS	OPERACIONALIZAÇÃO	CRONOGRAMA
<p>A partir de 1970:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Industrialização</b> Concentração espacial</li> <li>• Mais de 5.000 indústrias instaladas, destacando-se: eletrônica, químicas</li> <li>• <b>Modernização agrícola</b> Concentração fundiária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Urbanização do território</b> Desenvolvimento regional dos municípios litorâneos</li> <li>• <b>Área de abrangência</b> Margens do Lago da Hidrelétrica de Itaipu = Jandira</li> <li>• <b>Municípios:</b> (15)</li> <li>• <b>População:</b> 212 316 hab.</li> <li>• <b>Área:</b> 6 583,4 Km</li> </ul>	<p>Melhoria da qualidade de vida</p> <p><b>Gerar oportunidades de emprego e renda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oportunizar a qualificação profissional;</li> <li>• Requalificar mão-de-obra</li> </ul>	<p>• Características:</p> <p>Multidisciplinar Centros Tecnológicos Universidades do Estado</p> <p>Interinstitucional Ações integradas: SEBRAE EMATER IAP SERT CEFET ITAIPU BINACIONAL</p>	<p><b>1ª Etapa:</b> Realização de Seminários: produção tecnológica e geração de empregos</p> <p><b>2ª Etapa - Campo</b> Visitas Entrevistas</p> <p><b>3ª Etapa- Análise de dados</b> Ações: projetos de execução imediata e para médio prazo.</p>
<p><b>Construção da Itaipu Binacional</b></p> <p>Lago: Inundação de terras produtivas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Urbanização</b> Migração: Campo-cidade Outros Estados Paraguai Pop rural decresce &gt; 26,8%</li> <li>• Exclusão do trabalhador rural</li> <li>• Aumento do cinturão de miséria</li> <li>• Desemprego</li> </ul>	<p><b>Tipo de Pesquisa</b> Pesquisa-ação:</p> <p>fornece indicativos para ação;</p> <p>permite intervenção da equipe técnica;</p> <p>levanta em campo os problemas e potencialidades;</p> <p>gera conhecimento a partir da Construção Comunitária.</p>	<p><b>Importância econômica e social</b></p> <p>Identificação sócio-cultural e econômica</p> <p>Fortalecimento das cidades à volta de Foz do Iguaçu</p> <p>Agrindustrialização</p> <p>Aproveitamento do potencial do lago: turístico pesquero irrigação</p>	<p><b>Público:</b> Conselho Municipal do Trabalho: órgão deliberativo tripartite e paritário: trabalhadores empresários poder municipal</p> <p>Grupos de Referência: equipe mínima permanente, localizadas nas cidades como apoio aos Conselhos</p>	

Fonte: MADAL, Maria Vítora Rodrigues. **Educação Tecnológica e impactos sobre a urbanização**. In: Planejamento Regional: fator de desenvolvimento nacional. São Paulo: FAUUSP, 1996.

## 4 Descentralização Urbana: uma estratégia

Dentre as perplexidades provocadas pelo momento atual, vimos pela análise anterior, causas e conseqüências que se não foram principais, ao menos foram responsáveis em grande parte pela conjuntura atual que, não realizou o ideal maior de desenvolvimento social e econômico em âmbito regional, carecendo do estabelecimento de políticas aglutinadoras dos segmentos produtivos locais, cuja formulação está por merecer estudos mais aprofundados que gerem propostas ou revisões do modelo adotado.

Se, de um lado constata-se o apoio concentrado para um determinado setor da economia, nada mais coerente do que voltar os olhos para o setor agravado pelo mesmo apoio. Isto posto, pode-se perceber a necessidade inadiável da elaboração de propostas que reconduzam o Estado no rumo desenvolvimentista equilibrado e sustentado no esforço primeiro da integração regional.

A pretendida integração parte da observação feita por BIRKHOLZ, citado por RONCA (1988, p.28) , quando diz que [...] o campo do planejamento alarga-se, adquire novas dimensões, abarcando o território como um todo, suas regiões, as áreas rurais, ou rede urbana como conjunto, e cada cidade, do ponto de vista particular, portanto, parte de uma categoria mais geral – o território, como um conjunto a ser dividido em regiões de planejamento<sup>8</sup>.

No aspecto sócio-econômico a Carta de La Tourrette (1953) representa importante conquista quanto a valorização [...] ao fator humano – tanto ao homem-habitante, quanto ao homem-produtor<sup>9</sup>. Ainda reforça RONCA (1988 pp.29-30), dizendo que dentro do processo de planejamento de uma região, essa valorização pode ser melhor visualizada nos processos qualitativos desse processo, em outras palavras, no bem-estar e desenvolvimento social da população de uma região. [...]. A prevalência do sócio-econômico sobre o territorial e sobre o institucional, dentro do subsistema regional de planejamento integrado e integral, pode fazer com que o planejamento regional seja realmente um eficiente fator de desenvolvimento de uma região. Para tanto, há necessidade de que os planejamentos territorial e institucional sejam desenvolvidos em função do planejamento sócio-econômico dessa área de planejamento.

Entendemos, porém, que isto somente poderá acontecer quando se valorizar a potencialidade de cada região do Estado e se aplicar a política de investimentos adequada aos níveis da necessidade da produção com orientação e acompanhamento na fabricação de produtos para comercialização, considerando o potencial da região, isto é, ações sincronizadas. Porque a integração regional possibilita a correção de rumo do desenvolvimento, em que o conhecimento do potencial produtivo regional deve tornar viável o desenvolvimento equilibrado. Assim, permite-se esperar que o desenvolvimento da agricultura, também corrobore para o crescimento industrial, tornando o

---

<sup>8</sup> RONCA, J. L.C. *Características do planejamento regional como fator de desenvolvimento nacional, dentro do sistema nacional de planejamento integrado e integral*. FAUUSP: 1988.

<sup>9</sup> *id. ibid.*. p.28

Estado menos vulnerável a riscos que tanto abalam as chamadas economias globalizadas.

Com o intensar da competição global, evidenciam-se duas forças que estruturam as transformações e definem tendências no cenário do desenvolvimento econômico. Elas exercem pressão sobre as estruturas produtivas e organizações, determinando a sobrevivência ou não das empresas e das organizações.

Assim, entendendo somos defensores da formulação de um Plano Paranaense de Desenvolvimento Integrado, cuja finalidade seria a de promover a industrialização de regiões menos desenvolvidas do Estado e a diminuição do fluxo migratório de centros locais.

O Estado do Paraná ocupa espaço de notável privilégio: Em primeiro lugar, pela localização geográfica, proximidade que, no contexto político-econômico que, se viabilizado o Mercosul, favorece a comercialização de produtos industrializados na região e, ao mesmo tempo, desempenha o papel de corredor, poderá tornar-se importante pólo comercial e financeiro do país. Em segundo, a agricultura e pecuária apresentam-se bastante desenvolvidas, contam com Institutos que desenvolvem pesquisas nessas áreas, ladeados pelo processo de desenvolvimento industrial em expansão, setores relevantes, por isso, merecedores da mesma dose de atenção em relacionada aos demais. E, em terceiro, porque conta com Instituições de Ensino Superior, como Universidades oferecendo cursos para atender às exigências do complexo mercado de trabalho e, ainda, Unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET, na cidade de Curitiba, a capital do Estado e mais cinco Unidades nos municípios de Medianeira, Ponta Grossa, Pato Branco, Conélio Procópio e Campo Mourão – estrategicamente implantadas desde 1990 e que respondem positivamente à qualificação de mão-de-obra para o setor industrial. Apresenta horizonte amplo no que tange à possibilidade do desenvolvimento de suas regiões, entretanto apresenta-tímido em alguns aspectos: (...) como o fortalecimento de centros e subcentros regionais onde se possam criar condições de absorção de força de trabalho. Nessas regiões, é expressiva a produção agrícola vinculada a uma agroindústria moderna, para a industrialização de produtos locais.

Um perfil promissor que favorece, sem dúvida, o desenvolvimento da agroindústria regional, fator decisivo de competitividade na abrangência desejada do Mercosul. Entretanto, depende do apoio e valorização da produção campesina, preocupação que aponta para a necessidade de se realizarem estudos sobre perspectivas de ocupação do território paranaense, de modo particularizado, nas regiões de atuação das mencionadas Instituições de Ensino IES/ CEFETs que disponibilizam competências nas diferentes áreas de conhecimento direcionado para a solução de problemas locais e regionais obviamente, mas, sobretudo, podem formular em conjunto os planos estratégicos de desenvolvimento regional.

E, por assim dizer, esta prática além de assegurar os resultados esperados, também programa novas intervenções durante a execução. Para

tanto, requer, educadores e pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento, que devem posicionar-se com vistas à formulação de políticas para a formação técnico-profissional com base na perspectiva de desenvolvimento.

Esta perspectiva aponta, entretanto, para a necessidade de revisões nucleares no sistema educacional, como um todo, com vistas à formação do ser humano com características de empreendedor, ágil, com capacidade de inovar e de gerenciar as inovações de produtos e processos. Vislumbra-se um novo perfil do trabalhador, face que requer novas interpretações da relação professor-aluno, metodologias e conteúdos de ensino se tornam vulneráveis face à velocidade e à natureza das mudanças verificadas no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

As inovações que representam o fundamento do novo paradigma, que redefinem as formas de organização, de produção e de gestão, na década de 90, marcaram a tendência de se constituir sobre territórios cada vez mais vastos, o que Milton Santos chama de "meio técnico-científico-informacional", o momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço dar-se-á crescente de ciência, de técnica e de informação, elementos fundamentais nos processos de remodelação do território e reorganização do tecido social. O espaço provido, cada vez mais, de conteúdo em ciência e tecnologia traz novos requerimentos no que tange à ótica do planejamento regional; deve partir da visão de Construção Comunitária, levando em conta as tendências de transformações em curso na economia internacional e as potencialidades locais.

Visão global e ação local não podem prescindir da compreensão de que "o crescimento das funções técnicas e administrativas nas empresas rurais e agro-industriais cria demanda de empregos, preenchidos tipicamente por profissionais de origem e vivência urbanas" (Santos,1993). Torna-se, igualmente, imprescindível que no bojo da Política Nacional de Desenvolvimento sejam contemplados Programas de requalificação do trabalhador, porém, antes há que se examinar o "estado da arte regional".

O quadro de profundas transformações, acelerado a partir da década de 70, a intensificação da interdependência e o aprofundamento da integração econômica entre as nações assumem proporções sem parâmetros comparativos na história das relações econômicas internacionais, o que implica novo desafio na estratégia de ajuste e inserção competitiva internacional das empresas nacionais. A indústria, a produção, a empresa deixaram de ser fenômenos nacionais e passam a ser integradas e coordenadas internacionalmente.

A recente iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia em destinar recursos às regiões para que sejam criados mecanismos direcionados no sentido de reduzir as desigualdades regionais revela o propósito do governo federal em investir prioritariamente nas condições para a promoção do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Tornou-se imperiosa a busca no estabelecimento de acordos de cooperação técnico-científica, com vistas ao fortalecimento global e criar oportunidade de crescimento e o desenvolvimento econômico, sinalizando para as condições ideais de produtividade e competitividade.

Considerando que o Plano Plurianual estabelece, através das Diretrizes para 2001/2002, o apoio a sistemas locais de inovação, nos valores de 10,6 milhões para 2001, aprovado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e 18,5 milhões para 2002, entendendo que o investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento tecnológico é o caminho essencial para a redução dos desequilíbrios, com ampla repercussão positiva sobre os setores social e econômico<sup>10</sup>. É portanto, necessário mudar o enfoque de pólos tecnológicos para evitar a repetição de alguns desajustes e perpetuação de idéias não sintonizadas com as reais necessidades do município e região.

Paradoxal e dicotômico, o crescimento da economia deve ser viabilizado, para que o desenvolvimento social seja viável, no entanto, as condições para o avanço tecnológico apresentam-se restritas pelos alarmantes desequilíbrios verificados no interior da sociedade. O descompasso entre o real desenvolvimento econômico e o social se configura no “gargalo” da situação: mudanças sociais e econômicas ocorrem simultaneamente ou ambas se inviabilizam; uma não ocorre em detrimento da outra.

A regionalização, como elemento básico de uma política nacional, requer a superação das barreiras de compreensão dos fundamentos teórico-científicos do novo modelo de sociedade; das concepções e tendências que estão no bojo do movimento de transformação, o que pretendemos expressar, dessa forma, que somente a partir de mudanças viscerais, essenciais, serão possíveis mudanças paradigmáticas no âmbito do setor produtivo. Compreensão que ultrapassa a concepção de organização “espontânea” e/ou “racional”; requer desvendar as raízes dos problemas da urbanização e ajustar o repertório técnico e conceitual à realidade. Onde o espaço edificado passa a ser o conjunto das relações sociais no espaço, perspectiva em que a técnica, a cultura e o projeto compõem como produtos socialmente estruturados, explicáveis como parte de uma totalidade historicamente definida.

Na sociedade do conhecimento, em que a assertiva aponta para a necessidade de incidir no indivíduo todo o investimento, o que torna o conhecimento valiosa mercadoria. Hoje, o recurso realmente controlador, o fator absolutamente decisivo não é o capital, a terra ou a mão-de-obra, é o conhecimento. Há, portanto, que reforçar conhecimento não informação apenas. A competência, como divisor de águas, também deverá influir nos critérios para se reconhecer uma região, que a rigor, convencionalmente, se faz, através do critério da proximidade territorial, física; tal pressuposto aponta probabilidades de um fator não- material se tornar critério de delimitação de território, também, imaterial.

A geração e a distribuição de riquezas passam pelo aumento do número de negócios-empresas-empregos. A difusão dos avanços da ciência, da técnica e da tecnologia representa uma das formas mais eficazes de estímulo ao desenvolvimento e ao aumento da qualidade de vida da população. A superação dos desequilíbrios regionais necessita, entre outras coisas: da compreensão de

---

<sup>10</sup> MCT/CNPq/FINEP. **Ação Regional:** diretrizes para 2001-2002 p 07 (minuta em discussão de 26/06/2001).

tecnologia, enquanto ciência do trabalho produtivo e ruptura dos segredos do saber e do fazer dos habitantes daquela região como conhecimento estimulador de desenvolvimento econômico. Portanto, de democratização; de acesso ao conhecimento tecnológico, que sabidamente não passa, tão-somente pela visão de aquisição e manipulação de equipamentos. Propiciar Tecnologia representa, antes de tudo promover o Ser-Humano; uma promoção que necessariamente leva ao desenvolvimento econômico e social. E, nas palavras de Polèse,(1998:219), a idéia de desenvolvimento local se assenta numa idéia, a de exploração de um potencial real, mas que permaneceu escondido, entravado<sup>11</sup>.

Considerando tais premissas, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná CEFET, num esforço conjugado inter governamental e comunitário entre Administração – Ministério da Educação e do Desporto e Comunidade regional, vem assegurando a efetivação de uma política de expansão do ensino profissionalizante para todo o Estado. A capacitação técnico-profissional, implementada no âmbito das Instituições de Ensino Profissionalizante ou Tecnológico atende questões técnicas da dimensão econômico-social, representada na correlação com as duas grandes vertentes: a do trabalho e a da produção. Entretanto, carece ganhar matizes de ações concretas no que respeita ao envolvimento quanto, ao estabelecimento de ligações técnicas por parte das diversas instituições que compõem o sistema científico e tecnológico na direção de ampliar a gama de insumos ligados ao conhecimento, bem como a induzir a criação de competências em áreas ou setores específicos como destacado elemento para o desenvolvimento econômico e social.

A efetivação da política de expansão da Educação Tecnológica, aliada à formação e atualização dos quadros (capacitação profissional, exercício da docência e pesquisadores) voltados ao setor produtivo e com a cooperação dele mesmo, servem como subsídios para uma política nacional de Educação Tecnológica, notadamente marcada pelas inovações.

Raciocinando sob a ótica do Planejamento territorial, pode-se vislumbrar a possibilidade de interação entre urbano e rural; entretanto, não se configura, ainda, como processo sistêmico inverso, já que a inovação circunscrita ao Paraná resulta da visão administrativa, vontade política e capacidade gerencial de seus atores.

Das ações quanto a impactos da globalização na economia; necessidades da indústria nacional de conquistar mercado internacional para produtos e processos; esforço político - administrativo do CEFET-PR, para a preparação de recursos humanos, a fim de conviver e intervir no processo de mudança, encaminham-se questões de significativa importância, reticentes, porquanto suscitam a realização de pesquisas.

Alguns tópicos destacam necessidade de imediatas ações investigativas no Estado do Paraná

- especificidades que favoreceram a ocupação do território;

---

<sup>11</sup> Do NASCIMENTO D. & NADAL.M.V.R. *Desigualdades socio-tecno-econômicas entre micro-regiões de um mesmo Estado*. Jul-2001. mimeo.

- fatores característicos do fenômeno migratório;
- contribuições de desenvolvimento social, econômico e cultural;
- identificação dos agentes de influência e formas de organização do processo de urbanização das cidades.
- estudos sobre os fatores impactantes nos municípios e o significado para os aglomerados urbanos;
- perspectiva de crescimento populacional, possíveis e necessárias intervenções preventivas em assuntos relacionados à urbanização;

Porque eles, representam fenômenos que ocorrem de modo diversificado e, pelo nível de complexidade que apresentam, carecem ser estudados considerando-lhe as interfaces, portanto estudo interdisciplinar e interinstitucional.

Ao contemplarmos as tendências da economia globalizada a ficar sobrecarregada de problemas como: o desaquecimento geral da economia, o processo de degradação ambiental, e a progressão populacional, não se pode ignorar que o Desenvolvimento Regional alicerçado no desencadeamento de uma ação que reconstrua a atividade do campo, temos que alertar de que não devem os governos permanecer na visão industrialista, obstinados. Na efetivação de políticas de interiorização do desenvolvimento há que considerar o aproveitamento do potencial e dos recursos locais.

Recentemente, avaliações feitas por pesquisadores da ONU e veiculadas na imprensa nacional mostram que países como os Estados Unidos, Japão e China começam a sentir os rigores de uma desaceleração de suas economias, em que pese situações extremamente favoráveis no que toca a produção em geral. Mas, o que tem em comum Japão,

Estados Unidos e China com o Brasil, visto que tratamos neste estudo da concentração urbana na RMC como consequência da modernização agrícola do Estado do Paraná.

Sabidamente, que os governos das Unidades Federadas desses países aplicam a técnica do equilíbrio do desenvolvimento, viabilizando a atividade rural em conformidade com o desenvolvimento industrial.

O Brasil possui uma safra previsível de 96 milhões de toneladas de grãos, conta ainda com o maior rebanho bovino comercial do mundo, depois da Índia, todavia pelo fato que a Índia não comercializa bovinos por motivos religiosos. Apesar da previsão da safra agrícola, de uma bovinocultura de 5 milhões de cabeças e uma avicultura de, em torno de 2 milhões de peças, não chegamos ainda a uma condição desejável, capaz de garantir, por exemplo, uma contribuição maior para o crescimento do PIB que, flutua entre 3 a 4% e que pode ficar ainda abaixo dos 3%.

Neste terceiro milênio, depois de fatos ocorridos com a crise energética, crise na Argentina, Malásia, Rússia, México e outras consequências do mundo globalizado, é imperiosa a necessidade de formulação de política para a agroindústria que possa intensificar o desenvolvimento científico e tecnológico

nestes setores, agregando valor aos produtos e buscando ampliação de mercado em âmbito nacional e inserção no mercado externo.

Vale mencionar, aqui, informações contidas no já mencionado Plano governamental, discutido e aprovado em 1982. Em versão preliminar do proposto governo da época, relata textualmente que (...) na medida em que persista a diminuição da população ocupada no campo, ele deverá se concretizar, cada vez mais, como um lugar de trabalho e não de moradia e, portanto, sem perspectiva de absorver o crescimento vegetativo da sua população. Em contrapartida, o processo de urbanização, constatado na década anterior, continuará crescente se nada for feito para alterar a tendência<sup>12</sup>. Observa-se naquela conjuntura política, a linguagem acusatória das falhas de uma real política agro-pastoril prevalecia, detectando-se a explosão da massa urbana e apregoando justamente a necessidade de desenvolvimento regional em sentido teórico e prático.

Avançando um pouco mais, recuperamos um trecho da mensagem do atual governo, quando de deu a primeira eleição (1995), dirigida aos Parlamentares, ao tratar da questão. Assim se expressou: O Paraná vive hoje uma situação de desequilíbrio regional estampada no contraste entre o avanço econômico e social de médias e grandes cidades e na ausência de perspectivas nas pequenas cidades e no campo<sup>13</sup>. E foi mais adiante, esse descompasso deve ser interrompido com a implantação de uma infra-estrutura básica capaz de servir a todos os paranaenses, estendida aos municípios por intermédio de um verdadeiro Anel de Integração entre as principais cidades do Estado<sup>14</sup>.

## 5 Considerações Finais

Ligeiro comparativo demonstra a colocação de novas palavras no mesmo discurso, pois hoje se diz que justamente a falta de maior apoio dos governos fez com que o Paraná perdesse quase 50% da sua população rural, em nome do uso de equipamentos da política industrialista de produção para latifúndio “grandes áreas” e a conseqüente queda da atividade de subsistência no campo. Importante deixar claro, que não tratamos aqui de preconizar nenhuma forma de “volta ao meio rural” ou de sugerir a consignaçon conservadora de “fixação do homem ao campo”. A valorização do campo não significa a rejeição do papel dinamizador que as cidades desempenham na sociedade. Entendemos que é através de novas configurações das relações entre a cidade e o campo que o meio rural poderá representar mais que um reservatório, onde ficam os que ainda não tiveram a oportunidade de realizar a aventura urbana.

O fenômeno verificado, no período em estudo, acaba por tornar o sistema urbano do Paraná forte e crescentemente polarizado pela Região Metropolitana de Curitiba em termos demográfico e econômico. Suposto desenvolvimento, acarretou paradoxalmente perdas e danos sociais e

---

12 PARANÁ, ESTADO. Plano de Ação. Curitiba: 1983-86. pp 64-65

13 *Idem*

14 *Id. ibid.*

ambientais. A indústria cresce, moderniza-se, há expansão da economia; no entanto, coexistem com ampla massa de trabalhadores pauperizados, como consequência da retração das oportunidades de trabalho.

A tentativa de valorizar a atividade produtiva daqueles em situação de pobreza no meio rural é paralela à elaboração de um novo paradigma de desenvolvimento agrícola a Revolução Duplamente Verde que consiste em passar pela lógica de desenvolvimento agrícola fundamentada sobre o domínio do meio físico a uma outra baseada na convivência com os ecossistemas<sup>15</sup>. Porquanto, aumentar a produtividade, com base em recursos menos onerosos e ao alcance de regiões onde se concentra a maior parte da pobreza rural, é um dos maiores desafios a serem enfrentados e de cuja vitória depende, em grande parte, o destino dos pobres do campo, colocados diante de duas possibilidades: conquistar a cidadania, contribuindo para satisfazer necessidades urgentes ou tomar o rumo da marginalização urbana.

Os Programas do Governo na atualidade, buscam ou rebuscam o desenvolvimento regional que, a nosso ver será alcançado no dia em que o homem interiorano viver a satisfação de não precisar migrar para sobreviver. Pode-se dizer que, na atualidade, tem-se na Integração Regional, ainda um longo caminho a percorrer. Há que se repensar o discurso de que as fronteiras agrícolas paranaenses estão esgotadas. Há que se reconhecer o equívoco do axioma tecnocrático de que administrar é realizar obras.

O combate à pobreza, obviamente, não passa pela desertificação social do campo; as cidades não poderão integrar produtivamente as centenas de milhões de famílias que vivem atualmente em situação de pobreza rural; e mais, o deslocamento geográfico dos que estão em situação de pobreza no campo representa desperdício de recursos, de conhecimentos e de potenciais de desenvolvimento que o meio rural tem a oferecer à sociedade. Para finalizar, deixamos a descoberto estas reflexões anunciando nossos próximos trabalhos: Plano Diretor e os Políticos e Como trabalhar e administrar com um Plano Diretor, a serem publicados em breve.

## 6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARDET, G. **O urbanismo**. Trad. Flávia Cristina S. Nascimento. Campinas: Papirus, 1990.
- BIRKHOLLZ, L.B. et alii. **Questões de organização do espaço regional**. ( Gilda Collet Bruna org.) São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.
- BUDETTA, M. **Os cenários econômicos futuros**. Ministério de Educação. Argentinav: DNCI, 1994.

---

15 GRIFFON M. & WEBER J. *La Révolution Doublement Verte*. 1995, mimeo.

- DO NASCIMENTO, D E. e NADAL, M. V. R. **Desigualdades socio-tecnológicas entre micro-regiões de um mesmo Estado**. In: Reuniões Regionais-MCT. .2001
- GALLART, M. A. et alii. **La educación para el trabajo en el Mercosur: situación y desafíos**. INTERAMER: OEA, 1994.
- FURTADO, C. **A construção interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- GAMA, R. **Novas chegadas para uma história da técnica e da tecnologia no Brasil**. Espanha: LLULL. vol.15 1992 (181-209).
- GRIFFON M. & WEBER J. **La Révolution Doublement Verte**. 1995, mimeo.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo. Loyola.1993.
- IPEA. **O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Brasília, Ipea, 1993.
- KANAANNE, R **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI**. São Paulo: Atlas.1995.
- NADAL. M. V. R. **Ensino Tecnológico e impactos sobre a urbanização**. In: **Planejamento Regional: fator de desenvolvimento Nacional**. São Paulo: FAUUSP. 1996.
- \_\_\_\_\_. **Urbanização no Paraná: o fenômeno dos anos 70-80**. In: **Planejamento Regional: fator de desenvolvimento Nacional**. São Paulo: FAUUSP. 1996.
- PARANÁ, ESTADO. **Plano de Ação**. Curitiba: 1983-86.
- PARANÁ, ESTADO. Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho - SERT et alii. **Projeto de desenvolvimento regional dos municípios lindeiros de Itaipu**. Foz do Iguaçu:1996.
- RONCA, José Luiz Caruso. Características e inovações de “estratégias dos centros de crescimento” levada a efeito no Japão na década de 60, em face da teoria dos pólos de crescimento em geral. São Paulo: FAU/USP. 1988.
- RIFKIN, J. **The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era**. New York, G.P. Putmann's Sons. 1995.
- RONCA, J. L.C. **Características do planejamento regional como fator de desenvolvimento nacional, dentro do sistema nacional de planejamento integrado e integral**. São Paulo: FAU/USP. 1988.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC. 1993.
- VILLAÇA, F. **A crise do planejamento urbano**. In: *Perspectiva*. São Paulo: Vol. 9(2) abr-jun. 1995.
- SOSTO, Guilherme Peres. **Es cenários sociais futuros**. DNCI.1994.